**A TRANSEXUALIDADE E A ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL
COMO FORMA DE CONCREÇÃO DA CIDADANIA E DO DIREITO À
SAÚDE.**

**TRANSSEXUALITY AND AMENDMENT OF CIVIL REGISTRATION
FORM AS CONCRETION CITIZENSHIP AND THE RIGHT TO
HEALTH.**

Kerton Nascimento e Costa

Servidor Público Estadual e Mestrando-bolsista pela CAPES em Direitos Coletivos e
Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto.

Letícia Martins de Oliveira

Advogada, Mestranda-bolsista pela CAPES em Direitos Coletivos e Cidadania pela
Universidade de Ribeirão Preto e Especialista em Direito Penal pela Unisul e Direito Civil e
seus Instrumentos de Tutela pela Uniderp.

RESUMO

O presente artigo traz como premissa a análise dos aspectos que acompanham o processo de mudança de sexo à luz do direito civil, fundamentando-se no princípio da dignidade humana que constitui fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III). Também define o conceito de transexualidade e sua ligação com a saúde pública, para, ao final, analisar a alteração dos procedimentos de registro civil dos prenomes em pacientes transexuais, com motivação nos direitos fundamentais constitucionais, balizados na concreção da cidadania e dignidade de tais indivíduos. Nesse contexto, analisam-se as principais implicações no campo jurídico decorrentes da mudança de sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade; Registro Civil; Dignidade Humana.

ABSTRACT

This article has as its premise the analysis of aspects that accompany the process of sex change in the light of the civil law, basing on the principle of human dignity which is the foundation of the Federative Republic of Brazil (article 1, section III). It also defines the

concept of transsexuality and its link to public health, for, in the end, analyze the change in procedures for civil registration of first names in transsexual patients with motivation in fundamental constitutional rights, marked in the realization of citizenship and dignity of such individuals . In this context, we analyze the main implications arising from the legal sex change.

KEYWORDS: Transsexuality; Civil Registry; Human Dignity.

INTRODUÇÃO

O Direito, enquanto ciência, não pode ser entendido de maneira estática, de forma a não abarcar as transformações incessantes da sociedade, conquanto as normas fluam em consonância com os fatos e valores desta que são, por sua própria natureza, dinâmicos. Assim, dentre os fenômenos sociais que reclamam regulamentação, está aquele que é alvo deste trabalho: a transexualidade, catalogado na Classificação Internacional de Doenças (CID-10-F.64.0), da Organização Mundial de Saúde ¹.

O transexualidade é caracterizada pelo desejo que o indivíduo tem de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para ter seu corpo tão congruente quanto possível com o seu sexo preferido.

A par de toda a celeuma que envolve o tema, procuraremos explicar os possíveis mecanismos de solução e embate jurídico, com vistas, principalmente, na dignidade da pessoa humana, propiciando a efetiva concreção de sua cidadania.

PRINCÍPIOS NORTEADORES E MECANISMOS DE AMPARO JURÍDICO

A intervenção cirúrgica para redesignação de sexo tem como objetivo adaptar a realidade do indivíduo transexual, harmonizando-o com o sexo psíquico ou psicossocial. Durante muitos anos, o Conselho Federal de Medicina considerava que essa cirurgia possuía caráter mutilante e não corretivo e, portanto, crime de lesão corporal. Somente em 10 de

¹ Classificação Internacional de Doenças (CID-10), décima versão, ano 2008, da Organização Mundial de Saúde (OMS). Capítulo V, “Transtornos Mentais e do Comportamento”, incluído nos chamados “Transtornos de Identidade Sexual”, sob código “F64.0”. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

setembro de 1997, o Conselho Federal de Medicina publicou a Resolução de número 1.482/97².

Após essa Resolução, os médicos foram liberados, eticamente, para a realização dessa cirurgia no Brasil. Em 2002, o Conselho Federal de Medicina, demonstrando, novamente sua sensibilidade com o assunto, editou a Resolução de nº. 1.652³, revogando a Resolução 1.482, de 08 de agosto de 1997.

Importante salientar que a Resolução 1.652, de 6 de novembro de 2002, foi editada em consonância com o disposto no art. 13 do Código Civil de 2002⁴. Vale ressaltar que somente os transexuais maiores de 21 (vinte e um) anos poderão ser operados.

Em agosto de 2008, tivemos novamente um grande avanço com a instituição da Portaria 1.707⁵, que permitiu a realização do processo cirúrgico transexualizador no âmbito do Sistema único de Saúde, que traz, dentre outras inovações a humanização da atenção, com promoção de atendimento livre de discriminação, inclusive pela sensibilização dos trabalhadores e dos demais usuários do estabelecimento de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana.

Por outro lado, para que seja possível a alteração de prenome e do sexo no assento de registro civil do indivíduo transexual, o juiz deve analisar cada caso individualmente, pautando-se pela legislação vigente e análise de circunstâncias ensejadoras de eventual fraude ou prejuízo para terceiros de boa-fé.⁶

Essa retificação é de fundamental importância na vida do indivíduo, pois de nada adianta ostentar um prenome pelo qual não é reconhecido, que não o identifica e não exprime a realidade, mas desde que seja respeitado, como disse anteriormente, a boa fé-objetiva de quem pleiteia. Parte da doutrina admite a alteração no registro civil do indivíduo com fundamento no *caput* do artigo 58 da Lei nº. 6.015/73⁷, substituindo o seu prenome pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no ambiente em que vive. No entanto, o

² Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 1.482, 08 de agosto de 1997.** Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1481_1997.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

³ BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 1.652, de 06 de novembro de 2002.** Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

⁴ BRASIL, Congresso Nacional. **Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

⁶ Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n.º 70011691185.

⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Registros Públicos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

transexual não almeja adotar um apelido e, sim, ser reconhecido como pertencente ao sexo oposto. Com isso, a retificação do seu registro não poderá ser feita com fundamento neste artigo.

No Brasil, diante da falta de previsão legal sobre o assunto, podemos nos amparar em diversos Princípios previstos na nossa Carta Magna para ratificar a possibilidade do indivíduo transexual realizar a cirurgia de redesignação do estado sexual e retificar o seu registro civil. O principal deles: Dignidade da Pessoa Humana, que está previsto no artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988 e é um dos mais importantes de nosso ordenamento jurídico. O valor da dignidade humana impõe-se como centro basilar de todo o ordenamento jurídico brasileiro, servindo como parâmetro de valoração a nortear a interpretação e compreensão do sistema jurídico.

CONCLUSÃO

Em que pese o termo “transexualidade” ser ainda considerado como doença pela Organização Mundial de Saúde, tal fato apenas contribui para o aumento da discriminação. Assim, há um grande apelo entre vários países para que a OMS o retire da lista de doenças, tal como ocorreu com a homossexualidade no ano de 1990, sem que isso acarrete em exclusão do sistema de saúde.

Há também uma tendência em decréscimo da idade mínima de 21 (vinte e um) anos para realização da cirurgia de alteração de sexo, tendo em vista que cada vez mais pessoas recorrem a esse tipo de procedimento pela rede pública de saúde. Entretanto, independente de questões morais ou religiosas, tal questão deve ser vista com ponderação, já que se trata de medida irreversível. Assim, muito mais que uma simples alteração legislativa, é necessário o acompanhamento e orientação psicológica de pessoas que realmente manifestem o intento de mudança definitiva de sexo.

Por ora, devemos esperar que os operadores do Direito façam valer os direitos desses indivíduos, garantindo-lhes a efetiva dignidade, saúde e cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm> Acesso: 09 de agosto de 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Registros Públicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 1.482, 08 de agosto de 1997**. Disponível em<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1481_1997.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 1.652, de 06 de novembro de 2002**. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 7.ed. Coimbra: Edições Almedina; 2007.

Classificação Internacional de Doenças (CID-10), décima versão, ano 2008, da Organização Mundial de Saúde (OMS). Capítulo V, “Transtornos Mentais e do Comportamento”, incluído nos chamados “Transtornos de Identidade Sexual”, sob código “F64.0”. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil**. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **O estado atual do biodireito**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n.º 70011691185.